jurisprudência.pt

Tribunal da Relação de Lisboa Processo nº 4794/17.6T8SNT-A.L1-8

Relator: ISOLETA COSTA **Sessão:** 12 Setembro 2019

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: PROCEDENTE

REQUERIMENTO PROBATÓRIO

ALTERAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

PROVA TESTEMUNHAL

Sumário

I – A alteração pelo autor do requerimento probatório , ao abrigo do $n^{o}2$, in fine, do art o 552 o , do CPC, tanto pode corresponder a uma substituição de provas anteriormente requeridas como a um aditamento de provas novas , ainda que testemunhal e mesmo que na petição não tenha arrolado uma qualquer testemunha.

Texto Integral

Acordam as Juízas da 8ª Secção Cível do Tribunal da Relação de Lisboa:

 \underline{A} [Carla] e outros intentaram a presente acção contra \underline{B} [Gilberto] e outros tendo formulado pedido de declaração de nulidade por simulação das compras e vendas invocadas na petição inicial e com os fundamentos também ali articulados .

Com a petição inicial, os autores juntaram diversos documentos destinados a fazer prova dos factos alegados.

A acção foi contestada.

Dentro do prazo de 10 dias a contar da notificação, da contestação do 1º Réu aos autores vieram, estes, apresentar requerimento probatório requerendo a junção de mais documentos, a junção de documentos em poder da parte contrária, requerendo depoimentos de parte e arrolando testemunhas. Foi designada audiência prévia e nesta a seu tempo foram organizados os temas de prova.

Subsequentemente foi proferido o seguinte despacho, sobre o requerimento probatório apresentado pelos AA:

"Nos termos do disposto no art. 552.º, n.º 2, do CPC, "No final da petição inicial deve o autor apresentar o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova; caso o Réu conteste, o autor é admitido a alterar o requerimento probatório inicialmente apresentado, podendo fazê-lo na réplica, caso haja lugar a esta, ou no prazo de 10 dias a contar da notificação da contestação". Acontece que, conforme resulta cristalino do referido n.º 2 ao Autor é permitido alterar o requerimento inicialmente apresentado. Ora, os Autores nos presentes autos, no seu requerimento inicial, não apresentaram qualquer rol de testemunhas, e não tendo apresentado o mesmo não podem alterar aquilo que não chegaram a formular.

Por esta razão é manifestamente intempestiva a apresentação de primitivo rol de testemunhas sem o ser com a petição inicial.

Já o mesmo não se diga da prova testemunhal (que os Autores juntaram) e da prova por confissão, na medida em que relativamente a estes a lei processual não só permite a junção tardia (prova documental) como mão obriga a que a mesma seja requerida com a petição inicial (depoimento de parte). Assim sendo:

- admite-se a junção aos autos dos documentos efectuada por requerimento de 09-06-2017;
- admite-se o depoimento de parte ..."

Deste despacho apelaram os AA que lavraram as conclusões que seguem: Com a petição inicial, os Apelantes apresentaram o seu requerimento probatório, requerendo a junção de outros meios de prova - extractos bancários que comprovavam que o vendedor não tinha recebido qualquer montante pelas vendas simuladas, no valor declarado de € 78.054,98 e que, pelo contrário, tinha sido o suposto vendedor a pagar ao suposto comprador diversas quantias, ao longo de vários meses; além de terem sido levantadas, da mesma conta do pai dos autores, por um dos réus e utilizando um procuração caducada, a quantia de € 20.000,00, após a morte daquele. Face à contestação apresentada, no prazo de 10 dias a contar da sua notificação, os autores vieram apresentar alteração ao requerimento probatório inicialmente apresentado. O que fizeram, juntando mais documentos, requerendo a junção de documentos em poder da parte contrária, requerendo depoimentos de parte e arrolando testemunhas. Os autores fizeram por isso a alteração ao requerimento probatório inicialmente apresentado, nos termos do art. 552º, nº 2, do CPC, que refere expressamente o dever de apresentar o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova.

Aquele preceito não obriga a apresentar necessariamente o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova; podem ser apresentados só o rol de testemunhas, o rol de testemunhas e requeridos outros meios de prova, ou só requeridos outros meios de prova, cumprindo-se a primeira parte do disposto naquela disposição legal .

Aquele preceito não visa obrigar a parte a apresentar também necessariamente outros meios de prova. Os mesmos podem até não existir ou vir a revelar-se desnecessários face ao teor da contestação ou réplica que venham a ser apresentadas

Nos termos do disposto no art. 552º, nº 2 do CPC, tendo-se apresentado rol de testemunhas ou oferecido outras provas, o requerimento probatório pode ser alterado no prazo de 10 dias após a notificação da apresentação da contestação: requerendo a junção de documentos, de depoimentos de parte, apresentando-se o rol de testemunhas, ou alterando-se e aditando o anteriormente apresentado.

Se a legislação quisesse proibir a apresentação do rol de testemunhas aquando da alteração do requerimento probatório prevista no nº 2 do art. 552º teria utilizado uma redacção semelhante à formulada no art. 598º do CPC. A diferente redacção do art. 552º nº 2 do CPC é por isso significativa e não pode, nem deve ser desprezada. Não é legal interpretar-se o disposto no nº 2 do art. 552 do CPC, como se o mesmo tivesse a redacção dada ao art. 598º do CPC, que rege um momento processual distinto.

A interpretação do art. 552° n° 2 do CPC é, no nosso modesto entender, abusiva e desproporcionada.

O despacho do Tribunal a quo viola por isso a justa composição do litígio a que os Apelantes têm direito, coartando os mecanismos processuais instituídos. O art. 20º da Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o direito à tutela jurisdicional efectiva, em coerência com estatuições semelhantes do Direito Internacional e do Direito da União Europeia, referindo a necessidade de disponibilização de mecanismos de pleno acesso dos cidadãos à Justiça e aos Tribunais.

A interpretação dada ao referido art. 552º, no sentido de o mesmo proibir a alteração do requerimento probatório com a apresentação do rol de testemunhas, no prazo de 10 dias a contar da notificação da contestação, apesar de se terem requerido outros meios de prova com a petição inicial viola o art. 20º da CRP e é por isso inconstitucional.

Não foram juntas contra alegações

Objecto do recurso:

São as conclusões dos apelantes que delimitam o objecto do recurso, sem

prejuízo das questões de conhecimento oficioso.

Nesta senda a única questão cuja reapreciação se suscita a este Tribunal é a de saber se em face do disposto no artigo 552° do cpc, podem os autores, que na petição inicial apenas juntaram documentos para prova dos factos alegados podem agora, nos 10 dias subsequentes à notificação da contestação arrolar testemunhas.

Conhecendo:

Fundamentação de facto:

Dá-se aqui por reproduzida a factualidade processual constante do relatório supra.

Fundamentação de direito:

A questão que o recurso coloca merece provimento. A nosso ver, a interpretação que o tribunal à quo faz das normas aplicáveis não é a melhor. A norma aqui em causa é a constante do artigo 598º do Código de Processo Civil (diploma para onde se remete doravante, sem qualquer menção) segundo a qual: "1 - O requerimento probatório apresentado pode ser alterado na audiência prévia quando a esta haja lugar nos termos do disposto no artigo 591.º ou nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 593.º."

Da sua simples leitura se depreende que o CPC não estabelece qualquer limite à alteração do requerimento de prova na audiência prévia, pelo que o mesmo pode ser completamente alterado, de tal forma que o requerimento probatório definitivo pode ser em tudo distinto do inicialmente apresentado, assim facultando a apresentação de diferente meio de prova, e salvaguardando o contraditório.

O único requisito que a lei exige é o que tenha sido apresentado requerimento de prova nos termos do artigo 552º.

Este sentido da lei é também defendido por Paulo Pimenta In Processo Civil Declarativo, 2016, pág. 296 "não parece conhecer restrições, apenas se exigindo que a parte tenha apresentado inicialmente requerimento probatório, condição para se falar em alteração" e nota 679 "inclui-se, naturalmente, a hipótese de requerer meios de prova não indicados inicialmente. E também constitui alteração de requerimento probatório (permitida, pois) a circunstância de a parte vir agora arrolar testemunhas ou requerer perícia, quando (apenas) juntou à petição ou à contestação documentos para prova dos fundamentos da acção ou da defesa."

Logo, apesar dos AA. apenas terem apresentado prova documental com a sua petição inicial, não estavam impedidos de apresentar outros meios de prova no momento processual previsto no art. 598.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, como a confissão, a perícia, a inspecção judicial ou, como foi o caso, a testemunhal.

São do entendimento ora perfilhado, nomeadamente, as decisões constantes dos Acórdãos desta Relação de Lisboa de 15.09.2016 e de 23.03.2017, proferidos, respectivamente, nos Procs. 1130-14.7TVLSB-A.L1-8 e 425-16.0YIPRT-A.L1-6, ambos publicados em www.dgsi.pt.

Estatuição diversa (e só aplicável quando existe prévio rol é a prevista no n^{o} 2 desta norma, (2 - O rol de testemunhas pode ser aditado ou alterado até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade, no prazo de cinco dias) mas de que se não cuida por não ser a situação dos autos.

Segue deliberação:

Em face do exposto, revoga-se o despacho recorrido que deve ser substituído por outro que admita a alteração ao requerimento probatório dos AA, requerida.

Custas pela parte vencida a final dado que ao recurso não foi apresentada resposta.

Lisboa, 12 de Setembro de 2019 Isoleta Almeida Costa Carla Mendes Octávia Viegas